



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
ERU 499 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TAMIRES SANTOS RAMALHO

**Os impasses da sucessão familiar na região da Zona da Mata Mineira:
Perspectiva de estudantes rurais da Universidade Federal de Viçosa**

Viçosa-MG

2020

TAMIRES SANTOS RAMALHO

Os impasses da sucessão familiar na região da Zona da Mata Mineira:
Perspectiva de estudantes rurais da Universidade Federal de Viçosa

**Trabalho apresentado ao curso de
Cooperativismo, da Universidade Federal de
Viçosa, como exigência da disciplina ERU 499 –
Trabalho de Conclusão de Curso.**

Aluno: Tamires Santos Ramalho- 89690

Orientadora: Profa Dra Sheila Maria Doula

**Banca: Mestranda Érica Peluzio
Doutoranda Isadora Moreira Ribeiro**

Viçosa-MG

2020

1- INTRODUÇÃO

A representatividade da agricultura familiar é de grande importância como categoria social para o desenvolvimento local, econômico, social e cultural. Nesse contexto, vem surgindo um grande debate entre diversas organizações governamentais e não governamentais a respeito do futuro do rural brasileiro sob a perspectiva dos desejos e projetos de jovens rurais em gerir e dar continuidade à propriedade familiar.

A juventude rural constrói um modo de vida diverso da juventude urbana: ingressar mais cedo no trabalho como forma de ajuda aos pais, experimenta as carências de educação, infraestrutura e lazer. Jovens rurais são facilmente identificados pela sua forma de vestir, conversar e de se comportar em cada situação (WEISHEIMER, 2005). Essas representações são definidas pelos próprios jovens ou pela sociedade na qual estão inseridos.

Embora o segmento social juvenil possa ser caracterizado geralmente por faixa etária, ele é heterogêneo e ainda mais diverso quando se compara o jovem urbano e o jovem rural com suas características e desafios, particularmente quando se analisa a invisibilidade do jovem rural, pertencente à agricultura familiar; os jovens agricultores geralmente são representados como sem conhecimento, sem recursos e independência, o que certamente traz reflexos em sua escolha profissional e na sua decisão de permanecer ou sair do campo.

Bianchini salienta que “embora a agricultura familiar seja reconhecida como uma categoria, sua definição não pode ser homogênea, tendo em vista a grande diversidade econômica, social, cultural, ambiental e regional vivida pelos agricultores nas diversas regiões brasileiras” (BIANCHINI, 2010 p.38). Até pouco tempo era considerada como produção de baixa renda, na qual o agricultor familiar era representado como um ator social em situação precária, sem conhecimento sobre acesso a mercados, políticas públicas e relações institucionais, na qual somente as tradições culturais e seus modos de vida repassados de pais para filhos serviam como orientação nas decisões.

Entretanto, a modernização e a urbanização chegaram ao campo trazendo estilos de vida citadinos e criaram outras oportunidades de obtenção de renda para as famílias do campo (KIYOTA, KISCHENER, PERONDI, 2015; BIANCHINI, 2010, p.36). Essas transformações também exigiram que os agricultores procurassem um nível educacional mais elevado e formação técnica e profissional atualizada, fazendo com que principalmente os jovens migrassem para as cidades em busca de maior escolaridade e graus de instrução.

Como mostrou o estudo de Doula et al (2019), mesmo com a expansão do número de estabelecimentos de ensino de níveis médio e superior devido às políticas de interiorização do ensino superior, isso não significou facilidades no acesso e integração da juventude rural nesses espaços por ainda persistirem entraves como: dificuldades econômicas das famílias para custear os filhos vivendo na cidade quando não há possibilidade de se deslocar diariamente; divergências culturais quanto à aceitação por parte tanto dos pais quanto dos filhos de ter que se dedicarem mais aos estudos que na atividade agrícola, dificuldades dos próprios jovens em acompanhar outros níveis de ensino devido às carências dos níveis anteriores. Por outro lado, com as possibilidades de mudanças resultantes da maior capacitação profissional, os jovens passam a se enxergarem como agentes de transformação e emancipação do meio em que vivem.

Além da invisibilidade por parte da sociedade e do Estado, o contexto rural, principalmente quando falamos de comunidades mais distantes de centros urbanos, enfrentam desafios como as precárias condições de trabalho, dificuldade de acesso a serviços urbanos, falta de uma estrutura de apoio à saúde e ao lazer, participação tardia dos jovens nas decisões que envolvem a propriedade familiar, necessidade de ir para a cidade estudar, difícil acesso às tecnologias de informação como internet, sinal telefônico, como resalta Redin (2017). Assim, a saída do campo não é vista como um desejo, e sim, uma necessidade.

O jovem, quando compara o “mundo de oportunidades” que a cidade grande pode proporcionar, sai em busca de crescimento pessoal e profissional, de autonomia e reconhecimento.

Por outro lado, pesquisas também evidenciam fatores que favorecem a permanência no campo e a sucessão das propriedades. Segundo Carneiro, a “ escolha da vida na área rural não se restringe, unicamente, a razões profissionais, mas se fundamenta [...] no que se refere, aos vínculos pessoais com o lugar, a qualidade de vida local [...]” (CARNEIRO, 2005, p.27). Corroborando com Carneiro, a pesquisa de Carmo, Doula e Souza (2016) mostrou também que o sentimento de pertencimento coletivo e os laços familiares são as principais influências na decisão dos jovens quando pensam no futuro e o desejo de permanecerem nas propriedades familiares.

Debates e conversas familiares prévias sobre a sucessão e o destino da propriedade com o repasse geracional de responsabilidade, investimento em atividades produtivas e pluriatividade, como mostra o trabalho de Gris, Lago e Brandalise (2017, p. 18), podem estreitar os laços familiares e amenizar a preocupação sobre o futuro. No entanto, o interesse dos jovens e pais em adquirir terra com o intuito de que os filhos permaneçam

no campo, o incentivo ao jovem de “ser alguém na vida” e o estímulo aos estudos podem variar de acordo com as diferenças de classe social, gênero, contextos regionais, indicando uma pluralidade de situações juvenis no espaço rural.

Embora haja programas voltados ao financiamento da agricultura familiar e aos jovens rurais agricultores, principalmente a partir de 2000 como é o caso do Pronaf Jovem, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), políticas de acesso à universidade, verifica-se uma dificuldade de acesso aos recursos monetários desses programas, falta de participação do jovem para o desenvolvimento das ações, não conhecimento sobre os programas, o que não contribui para atenuar o processo de êxodo rural que envolve principalmente jovens, acarretando a falta de sucessores na agricultura familiar e aumentando o espaço entre os que gostariam de viver da agricultura e os que realmente conseguem viver dela.

Assim, a educação se torna um dos elementos mais importantes no processo decisório profissional da juventude rural. Pessoas que possuem baixo nível educacional tendem a ter poucas perspectivas em relação a uma situação econômica e financeira mais favorável e menor reconhecimento profissional quando comparadas às que possuem um nível mais alto de escolaridade. Para a juventude rural, como ressalta Carneiro (2005, p 249), “a associação entre estudo e emprego é também generalizada, sendo o estudo encarado como a condição para, no falar de um jovem, ‘ser alguém na vida’” .

Um dado importante a ser mostrado, de acordo com o IBGE (2010), é a comparação de jovens de 15 a 29 anos do meio rural e urbano que já frequentaram ou que nunca frequentaram a escola, indicando que ainda há uma grande diferença nesses números e podem servir como base para a criação de políticas públicas de inclusão à educação (Quadro 1).

Quadro 1 - População residente da zona rural e urbana em MG com relação à frequência na escola

	Rural	Urbano
Frequentavam escola	205.410	1.582.543
Nunca frequentou	16.126	41.472

Fonte: IBGE, 2010

Ao mesmo tempo em que jovens residentes do campo desejam ir para as cidades à procura de melhores oportunidades como emprego, educação e formação profissional, verifica-se também a probabilidade de desistências por não apresentarem pré-requisitos

de escolaridade exigidos em um emprego formal ou falta de apoio dos pais quanto a suas escolhas, que os fazem reproduzir os modos de vida familiares. Isso acontece principalmente com os rapazes. Segundo Stropasolas (2011), os jovens do sexo masculino não veem reconhecimento profissional e social como resultado do grau de escolaridade, pois eles conseguem ser reconhecidos no mínimo como agricultores, independentemente do nível educacional.

Deste modo, a questão central desta pesquisa se insere nos debates acadêmicos contemporâneos sobre a influência do nível educacional nas escolhas dos filhos e filhas de agricultores a permanecerem ou não nas propriedades familiares e no meio rural desempenhando atividades profissionais agrícolas.

2. JUSTIFICATIVA

Os jovens rurais vivem o dilema de escolher se é melhor ir para a cidade ou se capacitarem e continuarem no campo.

Atualmente no Brasil, ainda pouco se discute sobre a juventude rural, que vem apresentando novas demandas por direitos sociais, ao mesmo tempo em que se configura como um segmento social permeável às transformações do mundo contemporâneo. Grande parcela dos jovens não tem o desejo de permanecer na propriedade rural e almeja ir para as cidades, pois nelas enxergam um futuro mais promissor, principalmente jovens do sexo feminino. Camarano e Abramovay (1999) mostram que um dos motivos principais que propicia isso é a formação educacional, pois as jovens são mais valorizadas para os estudos, e para isso se dirigem às cidades, e os rapazes para os afazeres da terra, com maior tendência de permanência no campo.

Paralelamente, Bianchini ressalta que a organização do trabalho doméstico entre filhos e filhas demarca uma oposição entre os afazeres domésticos e o trabalho da lavoura, que demonstra a desvalorização e invisibilidade da mulher para desenvolver atividades agrícolas, mas também das próprias tarefas domésticas do cotidiano. Tais fatores geram como consequência a masculinização e o envelhecimento do campo (BIANCHINI, 2010, p. 47).

Além da dimensão de gênero, outro grande desafio no processo de sucessão envolve a autonomia juvenil (STROPASOLAS 2011; ABRAMOVAY et al 2003,) pois a renda obtida na propriedade é revertida para necessidades coletivas e os filhos não recebem individualmente pelo serviço.

O poder de decisão no interior da família, centrado na figura do pai, também é um dos motivos que levam à intensificação do processo de sair à procura de outras oportunidades fora. Para que haja o interesse do filho em permanecer na propriedade e nos afazeres da produção familiar, é necessária a transferência gradativa das atividades e responsabilidades, fortalecendo o incentivo à sua permanência.

Em decorrência dos processos de modernização e da globalização, há o indício de que a agricultura familiar passará por um processo de reestruturação iniciando uma nova fase de inovações tecnológicas, estratégias sucessórias e falta de investimento estatal (KIYOTA, KISCHENER, PERONDI, 2015).

3. PROBLEMA

Diversos questionamentos e desafios começam a preocupar jovens e famílias do campo quanto à sucessão das propriedades e aos desejos dos mais novos a mudanças, o que permite questionar: como o nível educacional e influências familiares interferem nos projetos profissionais e nas decisões de permanência ou saída do campo de jovens rurais da Zona da Mata Mineira?

Diante dos cenários de mudanças (sociais, econômicas, políticas e tecnológicas), escolhas de profissão, desejo de autonomia, continuar estudando ou não, dentre outros desafios, o jovem se vê confrontado a pensar e planejar seu projeto de vida. A palavra projeto deriva do latim *projectus*, particípio passado de *projicere* e designa, segundo Guichard (1993) citado por Almeida e Magalhães (2011), a ação de “lançar à frente”. O ser humano sempre desenvolve sua capacidade de antecipar ações, fazer escolhas e estabelecer metas que vão definir o seu lugar na família e na sociedade.

Mesmo sendo uma escolha pessoal, os projetos profissionais e de vida são carregados de fatores externos vindos de grupos sociais diversos, incluindo a família, amigos e professores, instituições; portanto a escolha pessoal foi elaborada junto a outros atores. Como observado por Almeida, Magalhães (2011) e Alves, e Dayrell (2015), se a identidade do sujeito se desenvolve na sua relação com o meio no qual está inserido, também a elaboração de projetos será afetada por esse mesmo meio e suas relações, principalmente a escola onde o jovem, seja ele do meio rural ou urbano, passa a maior parte do tempo e nela cria maiores vínculos, podendo tornar-se, nessa etapa da vida, uma instituição de maior influência.

Ao indicar que a identidade e as escolhas profissionais e pessoais dos jovens são influenciadas pelo grupo social em que vivem, não significa dizer que eles não possuem identidade própria, mas sim considerar que o projeto de vida é um processo de aprendizagem e amadurecimento a partir dos relacionamentos em sociedade que fornecem orientações para uma identidade individual, como explicam Alves e Dayrell (2015) em seu trabalho. Citando Velho (2003, p.104), os mesmos autores ressaltam que a identidade é um processo “dinâmico e permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões nas suas identidades”.

Os jovens, principalmente do sexo masculino, mesmo encontrado motivações para permanecer no meio rural e planejando futuramente estudar em cursos superiores de áreas agrícolas, como mostra a pesquisa de Carmo, Doula e Souza (2016), reconhecem a falta de oportunidade de capacitação técnica e inovações. Já as meninas participantes da pesquisa procuram outras áreas como costura, gestão, psicologia pelo motivo de desde a infância não serem inseridas em atividades agropecuárias mas sim em atividades domésticas ou ligadas à educação e ao cuidado.

O desejo de “ser alguém na vida” ao planejarem o futuro, decidir continuar os estudos e vislumbrar a inserção no mundo do trabalho urbano envolvem também o reconhecimento social do trabalho, pois os jovens rurais não se sentem valorizados e ainda persiste por parte da sociedade uma visão do rural, em particular da agricultura familiar, como espaço atrasado e de baixo desenvolvimento, cujas atividades não envolvem requisitos de conhecimento científico ou tecnológico.

4. OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar as influências recebidas por jovens rurais universitários da Zona da Mata Mineira em seus projetos educacionais e profissionais.

Objetivos específicos

- Analisar se as práticas cotidianas da família rural influenciam nas escolhas dos jovens a permanecerem ou deixarem o meio rural;
- Relacionar a escolha profissional do jovem com o desejo de voltar ou não para a propriedade familiar rural;

- Identificar as expectativas dos jovens quanto a sua futura profissão,
- Analisar influências motivadoras e desmotivadoras para a continuidade dos estudos vindas dos grupos sociais e instituições presentes nas trajetórias dos jovens rurais universitários.

5. METODOLOGIA

5.1 A pesquisa

A presente pesquisa é de natureza descritiva, desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, aplicação de questionários on-line e análise de dados quantitativos e qualitativos.

Para Lima (2007), a pesquisa bibliográfica é imprescindível para o pesquisador aproximar-se do objeto de estudo:

(...) possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto. (LIMA, 2007, apud GIL, 1994, p. 40).

Lima (2007) considera que é necessário buscar o maior número de fontes sobre o tema, podendo sempre que necessário voltar ao objeto de estudo, formando um novo conceito, alterando os objetivos iniciais, a fim de definir e focalizar com mais objetividade o seu objeto de estudo.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, utilizada para interpretar fenômenos, por meio da interação constante entre a observação e a formulação conceitual, entre o empírico e o teórico, percepção e explicação (BULMER, 1977 apud TERENCE E FILHO 2006). O intuito é identificar a relação da unidade familiar com os filhos que estudam fora, o nível educacional das famílias, o estímulo à permanência ou à saída do campo; a divisão do trabalho na propriedade; a divisão do patrimônio e por último, o futuro da propriedade. Neste trabalho a análise de caráter quantitativo permite a mensuração de opiniões, por meio de uma amostra que represente estatisticamente o universo de interesse do pesquisador (TERENCE E FILHO 2006).

5.2 Processo de Pesquisa

Para sua realização foram utilizados como métodos de coleta de dados:

I. Pesquisa bibliográfica, tendo como fonte artigos, teses, dissertações e livros dos principais autores que abordam os conceitos que serão estudados como Juventude rural, educação e projetos profissionais.

II. Pesquisa documental para obtenção de dados secundários em âmbito nacional, como IBGE e Atlas Brasil.

III. Para a coleta de dados primários foram aplicados questionários semiestruturados on line com questões abertas e fechadas destinados aos jovens filhos dos agricultores que migraram da zona rural da região da Zona da Mata Mineira e que estão cursando o ensino superior na Universidade Federal de Viçosa.

De acordo com Vasconcellos-Guedes (2007), sob o ponto de vista do entrevistado, o questionário on line apresenta algumas vantagens a serem ressaltadas como: a rapidez do preenchimento, facilidade de leitura, atratividade propiciada pela interatividade e “limpeza” do questionário sem rasuras. Para o entrevistador também são inúmeras as vantagens: agilidade na aplicação, no controle e follow-up das respostas e agilidade na tabulação dos resultados; facilidade de utilizar maiores amostras; flexibilidade e diversidade na elaboração de questões, baixo custo de implementação e exigência de resposta completa, podendo ele alterar a plataforma de recebimento e alcance de mais pessoas. Os questionários elaborados possuem o formato semiestruturado – Anexo 1- contendo tópicos fixos, mas, dando ao entrevistado a liberdade de fazer observações, elucidar novos pontos e até mesmo questionar o pesquisador.

O questionário foi composto de 31 perguntas, as quais seguem uma construção lógica buscando-se, no início, abranger questões mais abstratas e amplas, como motivo da escolha do curso, relação familiar, permanência na terra e migração. A aplicação dos questionários ocorreu entre 10 de setembro de 2020 a 29 de dezembro de 2020. Foi solicitada autorização a todos os entrevistados a partir de um termo de consentimento anexado no formulário. Devido à pandemia causada pelo COVID-19 e o cancelamento de aulas presenciais, o procedimento ocorreu de forma online, divulgando o questionário em grupos de WhatsApp de estudantes de variados cursos. Ao todo, 30 estudantes responderam ao questionário, sendo validados 29, por motivo de uma cidade do entrevistado não pertencer à Zona da Mata Mineira. Os estudantes são de 20 diferentes cidades. Participaram da amostra 16 mulheres e 13 homens, abrangendo uma faixa etária de 18 a 34 anos de idade. Buscou-se incluir jovens de todos os centros de ciências da UFV, tendo participado 16 estudantes do Centro de Ciências Agrárias (CCA), 4 do Centro de Ciências Biológicas (CCB), 6 do Centro de Ciências Exatas (CCE) e 3 do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCH).

Vale ressaltar que a pesquisa não abrangeu o número de participantes previamente previsto e que a amostra não é representativa da população considerada. Originalmente o projeto previa a realização de entrevistas presenciais no campus da UFV-Viçosa, mas com a interrupção das atividades em face da pandemia da COVID-19, a estratégia de coleta de dados teve de ser revista. Apesar das vantagens do uso de questionários on line, algumas dificuldades se apresentaram: jovens rurais sem acesso à internet no momento da pesquisa e a dificuldade de incluir incentivos para envio das respostas. Outra dificuldade foi mapear as listas de endereços eletrônicos dos estudantes fornecidas pela instituição e dados específicos sobre estudantes de origem rural oriundos da Zona da Mata Mineira, posto que a UFV, como outras universidades, não solicita essa informação na matrícula.

5.3. Plano Amostral

1- Jovens Rurais: Foram considerados como critérios para participar da pesquisa a faixa etária (a partir de 18 anos de idade), origem da zona rural da região da Zona da Mata Mineira, graduandos dos cursos dos quatro Centro de Ciências da Universidade Federal de Viçosa.

2- Local Selecionado para o Estudo: Universidade Federal de Viçosa, localizada no município de Viçosa- MG, reconhecida pelos cursos de Ciências Agrárias. A instituição recebe jovens que, em parte, vieram do interior em busca de profissionalização

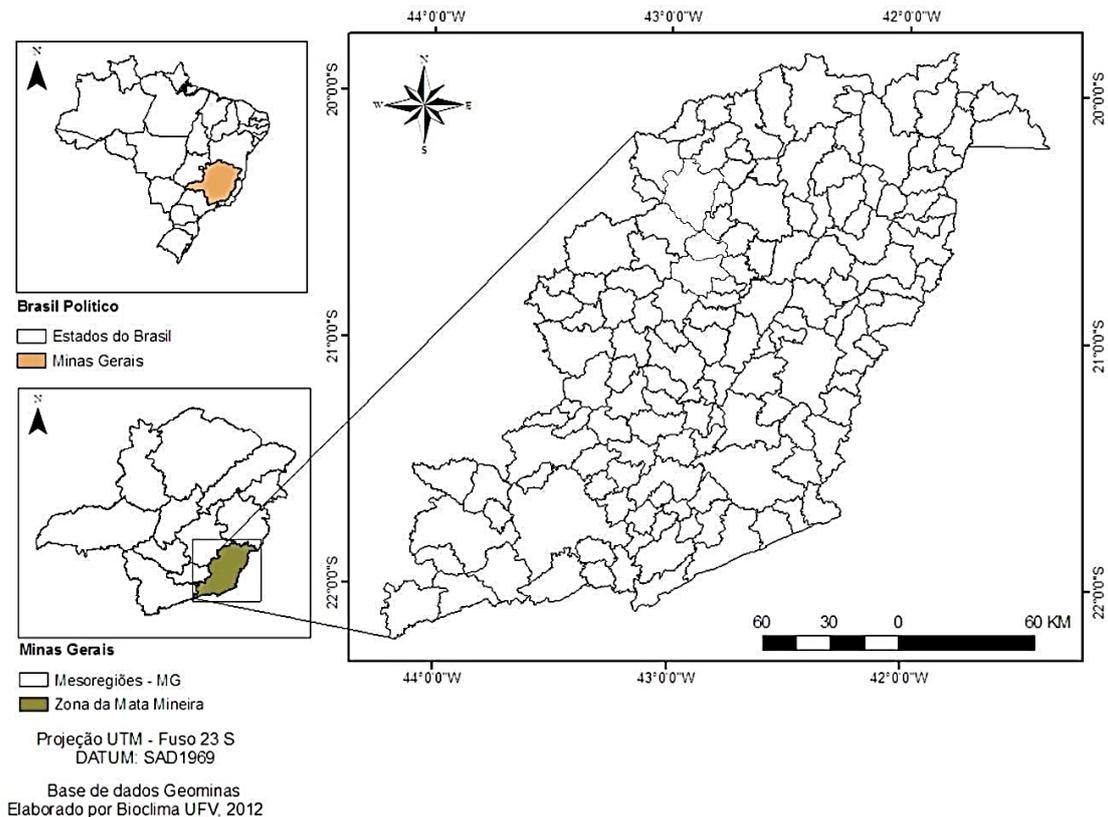
6. LOCUS DA PESQUISA

6.1 Caracterização da microrregião da Zona da Mata Mineira

A Zona da Mata Mineira é uma região geográfica do estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do país, formada por oito microrregiões e 143 municípios (Figura 1).

A região é historicamente reconhecida pelo ciclo do café, mas a erradicação das lavouras com a crise cafeeira nos anos 1930 provocou uma reestruturação produtiva, quando alguns de seus principais municípios seguiram a via da industrialização. Os municípios que integram esta região têm como base uma economia tradicionalmente apoiada na atividade agropecuária, desenvolvida em propriedades de pequeno e médio porte.

Figura 1. Localização da região da zona da Mata de Minas Gerais



Fonte: modificado de Alves, 2012.

Resultados oficiais do Censo Agropecuário de 2017 mostram que Minas Gerais possui 607.557 estabelecimentos rurais, 1.836.353 pessoas ocupadas, ou seja que desempenham atividades agropecuárias, na sua maioria homens (cerca de 85%) e do total 40% com idade menor que 30 anos. Do número de pessoas ocupadas, 10,57% nunca frequentaram escola, 8,11% cursaram ensino superior e 0,48% possuíam doutorado ou mestrado (IBGE 2017).

6.2 O município de Viçosa

Viçosa foi chamada inicialmente de Santa Rita do Turvo; em 22 de janeiro de 1873 efetivou-se a instalação do município e em 1911 o município passou a ser chamado somente de Viçosa.

A escolha do município para a presente pesquisa se deu devido a Viçosa ser reconhecida como cidade universitária, recebendo estudantes de todas as partes do Brasil e também do exterior.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil, inaugurada em 1926. Atualmente possui 3 *campi*- Viçosa, Rio Paranaíba no Alto Paranaíba e Florestal, região metropolitana de Belo Horizonte, todos

em Minas Gerais, com oferta de 47 cursos. Como as demais universidades, a UFV não mensura o número de estudantes de origem rural e urbana por curso e centro, o que implica, metodologicamente, na necessidade de rastrear alunos de origem rural somente após o envio de um número grande de questionários. Como a origem rural era um critério de seleção para a participação na pesquisa, e a devolução dos questionários on line é geralmente baixa, não se pode afirmar que o número de respondentes seja representativo como amostra dos alunos de origem rural da UFV.

A UFV oferece ensinos médio e técnico, cursos de graduação e programas de pós-graduação nos seus três *campi*, nos quais estão matriculados mais de 20 mil estudantes, abrangendo as modalidades de Bacharelado, Licenciatura e Superior de Tecnologia, divididos entre os Centros de Ciências Agrárias; Ciências Biológicas e da Saúde; Ciências Exatas e Tecnológicas; Ciências Humanas, Letras e Artes.

7. REVISÃO DE LITERATURA

O que leva a demora do chefe da família a passar a responsabilidade da propriedade rural para um sucessor é que “a resistência individual às mudanças é provocada pela resistência em sair da zona de conforto, da sensação de segurança que as rotinas transmitem. Adaptar-se a novos conhecimentos exigirá esforço para mudar incremental ou radicalmente os modelos anteriores” (FREIRE et al 2010).

Como consequência, tal demora interfere nas escolhas dos filhos e podem ser criados conflitos intergeracionais diante da dificuldade dos pais em aceitar as ideias e inovações propostas pelos possíveis sucessores. A passagem da responsabilidade, para Leoni (1992, p.85) apud Rossato e Cavedon (2004), é “o ritmo de transferência do poder e do capital entre a atual geração dirigente e a que virá a dirigir”. Para Tondo (1999) apud Rossato e Cavedon (2004), transmitir a propriedade também envolve a transmissão de conhecimento. Assim, surgem conflitos intergeracionais e a permanência ou a saída dos filhos pode estar relacionada a essa crise, que reside na dificuldade dos pais em aceitar novas ideias e opiniões (STROPASOLAS, 2011).

Outro fator que deve ser considerado é a diferença entre filhos e filhas; devido à falta de autonomia, renda, exclusão das atividades agrícolas e sabendo que no caso de ter um irmão capaz de assumir a profissão, o pai opta pela escolha do filho, as moças não se sentem motivadas por permanecerem na propriedade, o que conseqüentemente acarreta, segundo Camarano e Abramovay (1999), a chamada “masculinização” do campo, que não pode ser considerado como um processo natural.

Assim, grande tem sido a preocupação dos agricultores com o futuro da propriedade e do trabalho agrícola, que acabam sem sucessores (KIYOTA, KISCHENER, PERONDI, 2015). As escolas rurais estão sendo fechadas e ambientes que antes eram também frequentados por jovens, hoje só são para idosos (SPANEVERELLO et al, 2001).

Como resposta, Boessio e Doula (2016) apresentam a influência das cooperativas, políticas e projetos institucionais em viabilizar a permanência do jovem no campo, por meio de programas que incentivem e promovam sua capacitação; em concordância, Gris, Lago e Brandalise (2017) ressaltam:

O envolvimento das cooperativas com os jovens também contribui para a formação de empreendedores rurais e prospecção de novos cooperados. A participação efetiva dos jovens nessas entidades motiva seu envolvimento com as atividades da propriedade e desenvolve suas responsabilidades sobre ela (GRIS, LAGO E BRANDALISE, 2017, p. 24)

A pesquisa de Carmo, Doula e Souza (2016) aponta a percepção negativa dos jovens rurais da Zona da Mata Mineira quanto a políticas públicas e instituições que atendam suas particularidades juvenis no meio rural, como o acesso à formação e à capacitação profissional.

Para Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014, p.54) apud Badalotti, Martinelli e Bottega (2017), é necessário pensar política pública para e com a juventude, pois assim haveria a relação com cada trajetória e necessidades:

Como ficaria a unificação de grupos sociais diferenciados, que inclui agricultores familiares, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e outras categorias? Como se trabalha com essa diversidade? Não teria um risco em unificar o que, talvez, não seja unificável? Como enfrentar o desafio de pensar política para e com a juventude? Para a juventude rural é um desafio se empoderar, fazer parte desse processo. [...] Assim, um dos desafios para o governo é pensar quais políticas públicas são demandadas pela juventude rural. Hoje as políticas públicas são pensadas para a terra, e crédito para a produção, mas não se pensa a infraestrutura no meio rural (BOTTEGA, 2017, p. 12)

Destaca-se que a partir de 2000 houve o avanço e ações de políticas públicas voltadas especialmente para a juventude rural, para a autonomia dos jovens e desenvolvimento da propriedade, para acesso a terra e crédito rural através de ações e programas como o Projovem, Pronaf Jovem e Nossa Primeira Terra (NPT).

O Projovem objetiva reintegrar jovens fora da escola e da formação profissional ao processo educacional, promovendo sua qualificação profissional e assegurando o acesso a

ações de cidadania, esporte, cultura e lazer, acesso a cursos e auxílio financeiro. O Pronaf Jovem possibilita ao jovem rural desenvolver atividades na propriedade e permite aos filhos de produtores familiares que o crédito possa ser utilizado para custear a ampliação e até mesmo a modernização da infraestrutura de produção ou serviços nos estabelecimentos rurais. O Programa Nossa Primeira Terra (NPT) é destinado a jovens rurais, filhos e filhas de agricultores, entre 18 e 29 anos, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural. O Programa foi criado para promover o empoderamento dos jovens e incentivar a sucessão no campo.

Um programa importante que auxilia especificamente o acesso à universidade pública é o REUNI, do qual a UFV faz parte. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica.

É importante considerar que para a inserção eficaz dessas iniciativas faz-se necessário o estudo minucioso das demandas profissionais da região e proximidade de pais e filhos para atingir os anseios e desejo dos jovens, de forma a alcançar o objetivo de permanência na propriedade e do desenvolvimento local.

7.1 Juventude

Há diferentes abordagens sobre o que é juventude, bem como o entendimento de que esse segmento social é heterogêneo, em constantes movimentos e transformações. De acordo com Janice Sousa (2006) apud Augustin et al:

“o jovem se dimensiona individualmente e sob a influência de aspectos psicossociais, num percurso de (in)definições: busca identitária, tendência de estar em grupo, deslocamento constante de situações e vínculos, atitude de contestação e insatisfações sociais, intelectualização dos fatos, mudanças de humor, separação do universo familiar, questionamento dos valores sociais, fatores que se desenvolvem em pleno vigor na adolescência.” (SOUZA, 2006, p.).

A juventude é caracterizada pelas políticas públicas como faixa etária que compreende o período de 15 a 29 anos (lei número 12.852 de 5 de agosto de 2013) período de transição entre a infância e a fase adulta. Weisheimer (2005) destaca que não há um consenso sobre a diferença entre os termos juventude e adolescência, pois alguns autores consideram como sinônimos e outros como etapas diferentes da vida.

Para Wanderley, jovens são o enlace entre o presente e o futuro, a sua identidade é formada pelo espaço que ocupam, pelo ambiente social, do mesmo modo que a sua

preparação para a vida adulta relaciona-se a sua escolaridade, alternativas de trabalho, classe social e ambiente sociocultural (WANDERLEY, 2007 p.30).

Para Weisheimer (2005) há cinco principais abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude: faixa etária; ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida; e representação social. Conforme propõe Maria J. Carneiro, ao buscar delimitar o universo de estudo dos jovens rurais:

[...] o jovem é aquele indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização. Ou seja, a existência de um projeto para o futuro acompanhado de estratégias com graus variados de idealização seria, em termos genéricos, o que caracterizaria um indivíduo como jovem nas comunidades pesquisadas (CARNEIRO, 1998, p. 98).

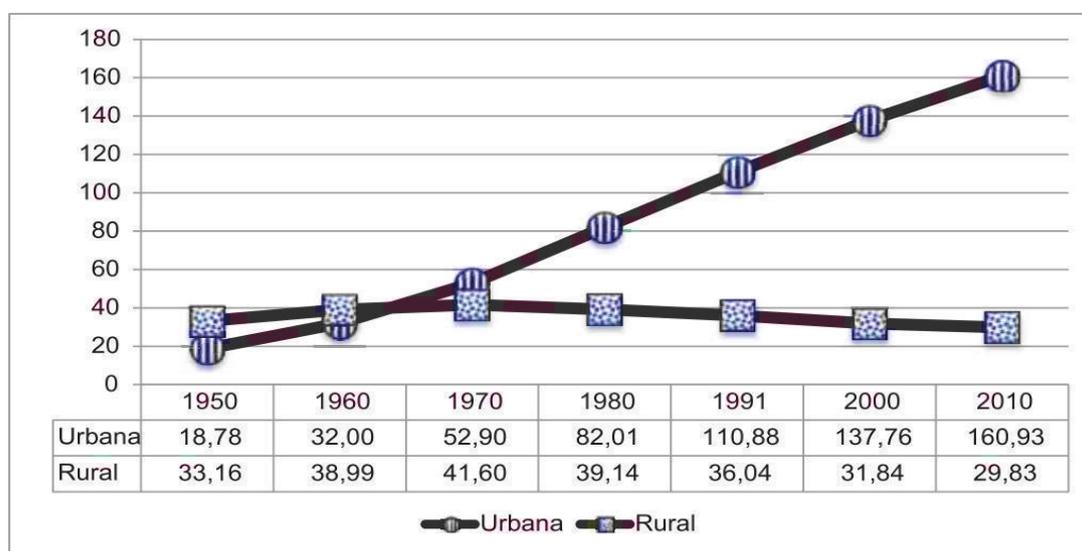
Ainda são poucos os estudos que retratam a juventude brasileira, especialmente da Zona da Mata Mineira, mesmo ela representando um grupo de grande importância para gerar transformações sociais, econômicas e políticas em um país. A juventude rural aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade, convivendo com situações de não reconhecimento e preconceito. Esse grupo busca por direitos fundamentais em relação às necessidades de emprego, especialização educacional, cultura, demandando assim um olhar diferenciado com maiores investimentos governamentais, institucionais e familiares.

Quando observamos os espaços rurais e urbanos, os últimos censos mostram que no Brasil mais de 78% da população reside nas cidades, aproximadamente 77% de rapazes entre 20 e 24 anos residiam nos grandes centros urbanos e essa diferença é ainda mais elevada no caso feminino (IBGE, 1999). Ainda de acordo com dados do censo em 1970, os jovens somavam cerca de 31,1 milhões entre 15 e 24 anos de idade, sendo cerca de 21% da população total do país, e esse índice tendeu a sofrer uma desaceleração devido ao menor número de fecundidade trazendo como consequência a mudança na estrutura etária com o envelhecimento do país.

Analisando o Censo de 2010, verifica-se que a população brasileira, com um total de 190,7 milhões de pessoas, está concentrada nas cidades, onde vivem 84,36% deste total (Figura 2). Por outro lado, entre os 15,64% que residem no meio rural, 8,23% são homens, e 7,41% são mulheres (IBGE, 2010). Os jovens ainda representam uma grande parcela populacional, mesmo quando se considera que o país e a zona rural apresentam um aumento de faixa etária mais elevada, adultos e idosos.

A tendência de o jovem escolher a migração para os centros urbanos vem ocorrendo com maior frequência desde a década de 1850, de acordo com o IBGE (2010).

Figura 2: População residente em área urbana e rural no Brasil, no período 1950-2010 (em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE, 2010.

Assim, faz-se necessária a interação de juventude e agentes governamentais. A inserção do tema juventude nas políticas públicas começou a ser mais efetiva a partir dos anos 1980; no entanto, o enfoque era somente “jovens como agentes de problema”, destacando-se temas como gravidez, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, e não levando em consideração demandas discutidas pelos jovens, não havendo espaços de diálogo (ABRAMO 1997).

7.2 Educação

O acesso à educação representa fator de desigualdade social em várias partes do mundo. Os pais, principalmente de baixa renda, não possuem ensino fundamental completo, sendo exemplos para seus filhos, associando a tradição da pouca escolaridade dos pais (KIYOTA, KISCHENER, PERONDI, 2015) que traz como consequência a desvalorização dos estudos e a reprodução da pobreza duradoura.

Nos espaços rurais há a tendência de os pais não estimularem os filhos ao estudo por medo de que eles conheçam as oportunidades que as cidades oferecem e não mais retornem às atividades rurais desenvolvidas pela família (Doula, et al 2019). Tradicionalmente, a sucessão ocorre para o filho homem mais velho, que estuda somente até a 4ª. série (ABRAMOVAY et al, 2003, p.19) e não projeta um futuro diferente fora do meio rural. Os

filhos mais novos, por não estarem comprometidos com a herança da propriedade e a continuidade das atividades agrícolas, geralmente estudam mais e procuram futuro fora da propriedade paterna (SILVESTRO et al, 2001).

A educação representa uma demanda histórica para os jovens rurais. Segundo Carneiro, “a educação se destaca em primeiro lugar como assunto que mais interessa a aproximadamente um quarto dos jovens rurais (22%)” (2005, p.247).

No entanto, no espaço rural, quando se tem escola a formação é até a fase do 5º ano do ensino fundamental, e nos últimos anos houve redução do número de escolas rurais devido à baixa taxa de natalidade local e à migração. Dessa forma o jovem se vê obrigado a se locomover até às cidades, o que muitas vezes pode se tornar inviável pela dificuldade de acesso das estradas, transportes, dificuldades econômicas familiares e obrigações com o trabalho na propriedade (HILLESHEIM; VIZZOTTO, 2015).

A distância do estabelecimento rural até a escola e a faculdade se torna um fator limitante para a família e a escolha dos jovens, visto que para concluírem ensino médio e superior o deslocamento espacial se torna fator condicionante para a sua efetivação (DOULA et al 2019). A continuidade dos estudos traz para a juventude rural as seguintes dificuldades: a) migrar em busca do ensino superior público em outras regiões, causando algumas das vezes ruptura com os ideais rurais transmitidos e valorizados pela família, b) cursar ensino a Distância -EAD, para a qual são necessários equipamentos e infraestrutura de tecnologias da comunicação ou c) permanecer no local e/ou migrar estudando numa instituição superior privada mais próxima, o que muitas vezes é impossibilitado pela falta de renda.

A possibilidade de ruptura com os valores familiares e com estilo de vida rural a partir da migração mais demorada para o estudo nas cidades, quando não há a possibilidade de se deslocar diariamente do campo para a cidade, pode ocorrer quando os jovens passam a desejar oportunidades em outras regiões, pois vão se inserindo e se adaptando a uma cultura diferente, aumentam a rede de contato, passam a querer novidades no campo e, como consequência, diminui o interesse de retornarem à propriedade familiar, fomentando a crise geracional e a sucessão nas propriedades (REDIN, 2017).

Corroborando com Redin (2017), para Spanevello et al (2011) a escola traz algumas “crises geracionais” para a família, na medida em que “diversificaram-se os agentes socializadores e a família passa a dividir espaço juntamente com a escola, o que pode representar para muitos pais, um espaço de conflito, pois acreditam que a educação formal transmite aos seus filhos conhecimentos diferentes dos tradicionais”. A escola é considerada

uma instituição que corta as relações culturais com as atividades manuais, modificando a relação do filho com o trabalho. Ao contrário, a pesquisa de Durston (1999), apud KIYOTA, KISCHENER, PERONDI, 2015, mostra que os pais valorizam o conhecimento que os filhos adquirem na escola, assim, “o acesso a educação pode vir a contribuir para sua permanência no rural, pois muitos pais valorizam a contribuição que os filhos podem dar, a partir dos conhecimentos que adquirem”.

Como resposta às demandas históricas da juventude rural pela educação, algumas iniciativas foram criadas por meio de políticas públicas, como o curso de Educação do Campo, incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996), que prevê a oferta da educação básica à população do campo; e as Escolas Família Agrícola-EFA's- que através da pedagogia da alternância possibilitam a valorização dos saberes produzidos pelas populações rurais em interação de escola-família-comunidade, permitindo aos estudantes a formação educacional conjugada com os afazeres na propriedade familiar para não perderem esse vínculo com seu meio (VIZOLLI; AIRES; BARRETO 2018).

Dados do Censo de 2010 mostram que na Zona da Mata Mineira 279.306 pessoas frequentavam o ensino fundamental da rede pública, 88.025 o ensino médio e 22.227 o superior, com 0,10%, 0,097 e 0,13% respectivamente. De um total de 1.787.952 jovens entre 15 e 29 anos em Minas Gerais que frequentam a escola, independentemente do nível, 188.938 se concentram na Zona da Mata, representado quase 11% do estado; e na cidade em estudo 612 frequentavam a escola e a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas -AMEFA- que possui 21 EFAS cadastradas em todo o Estado.

A educação tem um papel fundamental para o desenvolvimento de uma geração e de uma localidade, pois é um meio de emancipação. De acordo com o PNAD 1999, há uma grande diferença do nível educacional entre as jovens do meio rural e do meio urbano:

No ano de 1995 existia ainda, nas áreas rurais brasileiras, um contingente não desprezível de analfabetismo entre as mulheres jovens, 12,1%, enquanto nas cidades este problema estava praticamente resolvido, 96,8% eram alfabetizadas.”(População Jovem no Brasil, p. 41)

As filhas de produtores familiares apresentam maior tendência de saírem da propriedade rural, não exercerem atividades agrícolas e por dedicarem mais tempo à escola. Além disso, tradicionalmente as filhas não são consideradas sucessoras. De acordo com Stropasolas (2004, p.259) conforme citado por Brumer e Anjos (2008, p.14), “As jovens filhas de agricultores, em alguns meios sociais, ao atingirem alguma escolarização, não

desejam casar-se com agricultores, para evitar submeter-se às condições de vida na agricultura”, resultando assim, na masculinização e envelhecimento do campo.

Segundo Stropasolas (2011), os rapazes não veem reconhecimento profissional e social como resultado do grau de escolaridade, pois eles conseguem ser reconhecidos no mínimo como agricultores, independentemente do nível educacional. Diferentemente ocorre para as meninas, que quanto menos educação tiverem, menos valorizadas na sociedade serão, pelo fato de já ser mulher e não ter educação maior. Só são reconhecidas como agricultoras quando se casam com um agricultor.

Para Brumer, Anjos (2008) e Bianchini (2010), a formação de um agricultor se dá no momento da infância a partir da socialização com o trabalho na prática e nenhuma pessoa se torna agricultor indo exclusivamente para a escola.

A mobilidade dos jovens nos leva a outra percepção, pois:

a frequência escolar e a dedicação ao estudo, não podem ser encarados apenas como um recurso para a migração através da busca de qualificação para concorrer a um emprego na cidade. [...] o acesso à informática no campo permitiria abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado (CARNEIRO, 1998, p. 63).

Segundo a pesquisa de Spanevello et al (2011), o controle dos pais, a cobrança nas atividades, evitar autorizar os filhos a irem às cidades durante o processo de crescimento das crianças, atenuam o desejo de sair e mantêm os jovens na agricultura. A relação com a escola é o primeiro fator que leva as crianças, principalmente as meninas, a quererem sair do meio rural e isso se torna uma preocupação e abre espaço de conflito para as famílias, que veem a escola como forma de desvalorizar os trabalhos e conhecimentos tradicionais ensinando a seus filhos outros conhecimentos e incentivando-os a terem um trabalho fixo e remunerado (SPANAVELLO p. 295, 298).

Tanto no Brasil quanto em qualquer parte do mundo, a vulnerabilidade do jovem rural ainda é grande. O envelhecimento do campo cada vez maior é um alerta para que o Estado considere os jovens do meio rural como indivíduos de direito e incluí-los politicamente nas decisões e espaços de voz para a criação de políticas públicas específicas para esse segmento social não deixando-os ainda mais marginalizados (LIMA et al, 2013).

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

8.1. Caracterização dos informantes

A presente pesquisa investigou um grupo de 29 estudantes da Universidade Federal de Viçosa, de origem rural, de cidades da Zona da Mata Mineira. O grupo é formado por 16 jovens do sexo feminino e 13 jovens do sexo masculino, com idade compreendendo de 18 a 30 anos de idade.

Foram entrevistados estudantes dos quatro centros de ciências da Universidade: Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Humanas, Centro de Ciências Exatas e Centro de Ciências Biológicas. Sobre o curso que fazem, 8 estudantes do sexo masculino cursam ciências agrárias, correspondendo a 61,53% dos entrevistados e 9 do sexo feminino cursam ciências agrárias, aproximadamente 56% das entrevistadas; desses 2 estudantes continuam atuando na área em nível de pós-graduação. Das ocupações não-agrícolas, verificou-se, nos questionários, que os entrevistados que cursam outras áreas referem-se a atividades que podem ser diretamente relacionadas ao meio rural como os cursos de zootecnia e engenharia ambiental.

Quando questionados sobre as atividades que desempenham no dia a dia, 62% jovens somente estudam e 38% estudam e trabalham. Neste último caso, os trabalhos citados foram estágio, assessoria técnica em ONG, mestrado, assessor de Captação de Recursos, produtor rural, Comércio, Coordenador de eventos, atuam diretamente na produção agropecuária, correspondendo a 22,22% dos que trabalham.

8.2. Escolha de cursar a universidade e dificuldades do percurso

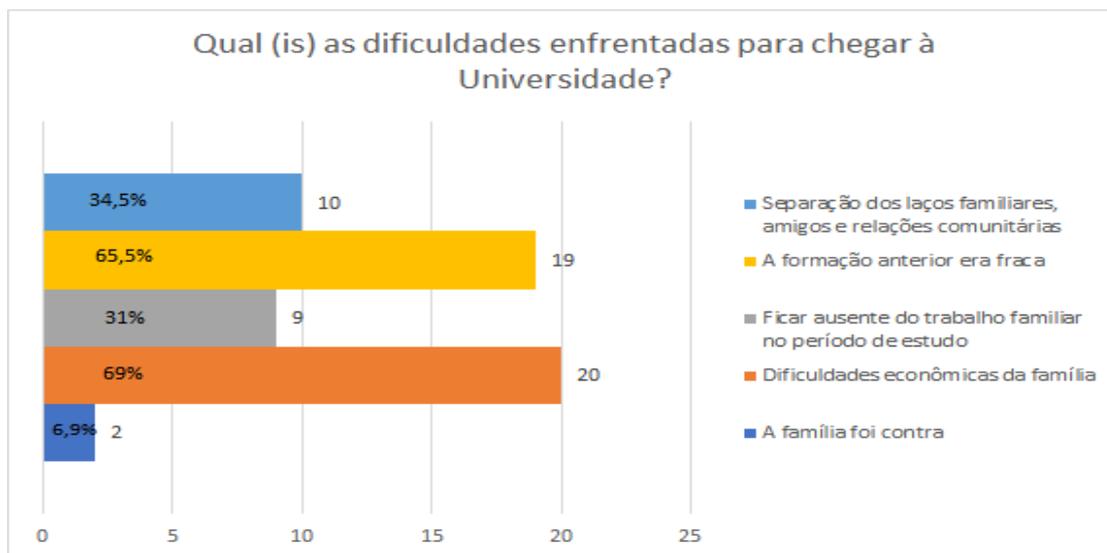
Antes de chegar à Universidade há um grande percurso que os jovens, principalmente da zona rural enfrentam, como família, renda, dúvidas sobre o que fazer e o que vai ser melhor para sua vida, tudo isso com idade aproximada de 17 a 19 anos. Entre os homens o maior empecilho para chegar à universidade envolve: Formação anterior fraca e dificuldades econômicas da família, sendo que 9 jovens marcaram cada uma dessas opções, seguidos por Separação dos laços familiares (7 votos) e Ficar ausente do trabalho familiar (6 votos).

Quando questionado as jovens, 11 escolheram dificuldades financeiras, seguido por formação anterior fraca (9 votos), Ficar ausente do trabalho familiar (4 votos), Separação dos laços familiares (3 votos). Nos questionários das jovens, diferente dos meninos, a opção “A família ser contra” foi escolhida duas vezes, contrariando os dados da pesquisa de Camarano e Abramovay (1999), que apontam que as moças são mais incentivadas para os estudos. As alunas participantes da pesquisa responderam que não são valorizadas nesse quesito. Podemos considerar que isso se dá devido aos pais verem

a filha como uma companhia para as mães no cuidado com a casa, medo da filha em morar em uma cidade grande e longe da família.

Esses resultados estão de acordo com a pesquisa de Carmo, Doula e Souza (2016), quando apontam que dilemas familiares, os laços comunitários e a situação econômica da família são pontos importantes que os jovens consideram até ingressar na faculdade. Os resultados podem ser observados na Figura 3:

Figura 3: “Qual (is) as dificuldades enfrentadas para chegar à Universidade?”



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao motivo de terem escolhido o curso que fazem hoje, a maior parte dos jovens do sexo masculino citaram o motivo de serem de origem rural e terem a experiência com o tipo de trabalho que irão desempenhar no futuro profissional. Os resultados mostram que 5 homens citaram que por serem de origem rural e terem a experiência do campo, escolheram os cursos voltados à área agrária e consideraram que pode trazer mais resultados:

“porque traz uma excelente base voltada para a gestão rural, financeira... e a UFV também pesa na escolha porque fornece oportunidades diferenciadas nesse quesito, como a semana do fazendeiro, outros cursos diversos, e a própria vivência com pessoas de outros cursos e experiências atreladas ao rural até mesmo na sala de aula.” (Entrevistado 14, Graduação em cooperativismo)

“Era o que mais se encaixa com meu perfil por ser filho de produtor rural e estar sempre ao lado do meu pai desde pequeno acompanhando a lida na lavoura” (Entrevistado 21, Graduação em agronomia)

A área “Influência” recebida também foi citada em alguns depoimentos. Dois jovens, um de ciências agrárias e outro de exatas, citaram o fato de terem sido influenciados e recomendados por amigos que estudam ou já se formaram nas áreas. Isso demonstra que influências externas interferem nas escolhas profissionais dos jovens. Outros citaram afinidade com a área, o que mais se aproximava do que gosta, grade curricular e um entrevistado do centro de ciências humanas citou o poder de contribuir com o desenvolvimento da sociedade: “Por causa do poder de transformar o mundo” relacionando assim com o papel que as universidades podem desempenhar junto a comunidade.

As respostas das meninas quanto ao curso que fazem e aos motivos da escolha, apresentam maior heterogeneidade: 8 jovens de cursos voltados a trabalhos rurais, que possuem contato com o meio rural, escolheram o curso por se identificarem e gostarem do que fazem. Pelo fato de as famílias estarem muito ligadas no meio rural, elas não se veem atuando profissionalmente em outro lugar.

Nasci e cresci na roça, meus avós são produtores. Nunca me imaginei morando em grandes centros urbanos e trabalhando em escritório. Queria algo que me permitisse continuar perto do campo. (Entrevistada 20, Graduação em agronomia)

Duas estudantes de ciências exatas demonstram que preferem buscar outros caminhos e relatam que o motivo de optar pelo curso que fazem envolve ter mais oportunidades fora do campo, como demonstrado na fala:

Me identifico com o empreendedorismo e o meu curso oferece boa base para esse ramo. Além de oportunidades de intercâmbio e estágios em multinacionais. (Entrevistada 22, Graduação em engenharia de produção)

Outras jovens citaram a “Identificação” como motivo de escolherem áreas da engenharia e ciências biológicas. Em consonância com o apresentado por Carneiro (2005), que em sua pesquisa ressalta a visão dos jovens de que “quanto mais estudo, melhor,” os resultados desta pesquisa também apontam a fala de uma estudante do mestrado em economia doméstica que considera a qualificação como importante fator para auxiliar a família e ter mais oportunidades, com uma situação econômica e financeira mais favorável:

No mestrado, por poder me qualificar mais. Em minha graduação feita também na Economia Doméstica, foi por ser um curso amplo e pelo

desejo de emergência tornar extensionista de bem estar social, junto às famílias rurais. (Entrevistada 13, Mestranda em economia doméstica)

Quando interrogados sobre o que os incentiva a continuar os estudos, separamos respostas por gênero para verificar possíveis diferenças. Nas respostas de estudantes do sexo masculinos, 5 mencionaram “Melhorar de vida”, destes, 3 são das ciências agrárias e 2 de humanas:

As dificuldades que vi minha mãe passando e a busca por me formar e ter mais qualificação e um salário melhor. Também poder ajudar aqueles que não tem condição, como eu recebi. (Entrevistado 4, Graduação em cooperativismo)

A busca por conhecimento foi citada por 2 jovens dos cursos de ciências agrárias:

a possibilidade de adquirir conhecimento para gerir bem meus negócios e de minha família em nossa propriedade rural e futuramente ajudar outros produtores rurais a conquistarem a independência através do cooperativismo e do associativismo, bem como da boa gestão de suas propriedades rurais. (Entrevistado 14, Graduação em cooperativismo)

Dois participantes citaram a “Família” como maior incentivo, pensando principalmente nos pais e, por fim, citaram também poder futuramente contribuir com o agronegócio brasileiro, onde atua a família:

Auxiliar no crescimento do agronegócio brasileiro e com isso ajudar no desenvolvimento da área que minha família trabalha. (Entrevistado 15, Graduação em zootecnia)

Para análise das jovens, duas relataram o fato de ter oportunidade de conseguir um bom emprego. Uma estudante de engenharia de alimentos relata que para ser reconhecida precisa estudar:

O desejo de ser reconhecido pelo trabalho, considerando que na roça, de onde venho, o futuro das mulheres é se tornam "donas de casa ". E também ter mais condições financeiras, para poder ajudar minha família e ter uma vida melhor. (Entrevistada 2, Graduação em Engenharia de Alimentos)

Poder “ajudar a família” foi um dos motivos mais citados entre as estudantes, 7 citaram a família como maior incentivo para continuar os estudos, que estudam por causa dela:

O que me incentiva é a oportunidade de ajudar minha família futuramente com informações técnicas sobre o meio rural, e também ajudar financeiramente. (Entrevistada 16, Graduação em zootecnia)

Qualidade de Vida, posteriormente à formação, também foi muito citada, entendida como oportunidades de viajar, ter um bom emprego, trabalhar em grandes empresas, maior segurança financeira. Gostar da área foi ressaltada por 4, todas das ciências agrárias e 1 de biológicas e voltar para casa e gerenciar a propriedade foi citada por apenas uma jovem.

8.3. Herança e transmissão da propriedade.

Neste tópico abordaremos a relação núcleo familiar e sucessor, passando pelos embates de gerações e o processo de continuidade dos negócios da família. Os dados apontam que em relação à pretensão de continuar os negócios da família e considerar que se enquadraria como um sucessor, mesmo tendo estudado, 6 estudantes masculinos (46,15%) responderam que definitivamente não pretendem continuar com os negócios da família; destes, 50% não fazem curso ligado diretamente ao meio rural e os outros 50% são estudantes de cursos agrários. Podemos ver a negativa nos seguintes depoimentos:

Não, já faz muito tempo em que paramos com as plantações de arroz, feijão e milho. Sim, se ainda trabalhasse com o plantio. Mas pelo fato de ter estudado e me formado em outra área totalmente diferente, não consigo hoje me dedicar ao campo. (Entrevistado 4, Graduação em cooperativismo)

Não pretendo e não me enquadro como sucessor, apesar de ter o conhecimento necessário decido as experiências do passado. (Entrevistado 19, Graduação em cooperativismo)

Esse estudante de curso agrário (cooperativismo) considera que mesmo tendo conhecimento da área pretende não continuar com os negócios pela falta de incentivo e planejamento tanto familiar quanto governamental, sendo o apoio e investimento estatal como o mais citado por outros estudantes. Um ponto importante a trazer é a perda da identidade e cultura com o passar do tempo. O contato com a terra vai perdendo valor e a questão econômica se torna prioridade.

Na realidade de onde venho não há incentivo e muito menos apoio. Não somos preparados para gestar o empreendimento rural, não é nos passado a imagem de agricultor familiar. Na verdade, somos ensinados a ser trabalhadores rurais, somente servimos para fornecer mão de obra. Perdemos nosso vínculo com a terra, não temos mais a tradição do plantio. (Entrevistado 4, Graduação em cooperativismo)

Outros relatam que como a propriedade é pequena, ela é fragmentada entre os herdeiros, assim resta um pequeno espaço para exercer a atividade, na qual muitas das vezes se torna inviável pelo custo de produção.

Para os que responderam que pretendem continuar os negócios da família, esse projeto já estava formulado no momento da escolha do curso e considera-se que após a conclusão haverá oportunidades de contribuir com o desenvolvimento da propriedade. O mesmo acontece com uma moça que respondeu positivamente, justificando a escolha do curso.

com certeza! eu estudo justamente pra isso, pra fazer uma sucessão bem estruturada. mesmo que depois que eu formar eu consiga um emprego próximo daqui, eu vou trabalhar na área, mais por necessidade de ter experiência com cooperativismo na prática do que por intenção de seguir carreira, mas sempre vou estar monitorando a propriedade e fazendo investimentos aqui. (Entrevistado 14, Graduação em cooperativismo)

Para as meninas, 8 das 16 jovens questionadas, informaram que com certeza não pretendem continuar os negócios da família. Em consonância com o apresentado por Spanevello et al (2011), os resultados da pesquisa também apontam que o conflito de gerações foi a causa mais citada para não terem interesse em administrar a propriedade. Os pais muitas vezes são mais fechados a novas ideias, mesmo que as filhas tenham conhecimento sobre o assunto e estudem para poder contribuir nas tarefas. Para os pais, quanto maior o nível educacional, maior é a ruptura com os modelos tradicionais e culturais, como observado nas entrevistas:

Mesmo entendendo do assunto, já que estudo na área, eles usam a autoridade de pais para dizer que eles estão certos e você errado. (Entrevistada 2, Graduação em engenharia de alimentos)

Consenso entre as partes. Quando se estuda, tem outra visão das coisas e infelizmente muitos dos que lá ficam, não compreendem. (Entrevistada 7, Graduação em zootecnia)

Eu e meu pai somos de uma personalidade muito forte, ele não aceita minhas ideias e eu não aceito muito bem as dele. Então por enquanto não gostaria de voltar pra casa. (Entrevistada 26, Graduação em agronomia)

Do total, 5 responderam que a princípio não pretendem administrar a propriedade, querem ter outras experiências fora e em um futuro talvez retornar à propriedade familiar na parte administrativa; outras pretendem gerir novos negócios e expandir a atuação da

família, e citam que inicialmente “é complicado” pela falta de renda e de interesse pelo atual negócio familiar.

Assim, faz-se necessário questionar e observar qual a principal dificuldade que estes jovens estudantes veem no processo de sucessão rural de sua família. Dos resultados, justifica-se a presença de conflitos de gerações, falta de planejamento e confiança, a falta de oportunidades e ausência de incentivos de organizações civis e do Estado que dificultam o processo de sucessão rural dos núcleos familiares.

As famílias já não veem os filhos gerenciando a propriedade, acreditam que para terem um futuro melhor eles têm que sair do campo e investir em outra carreira fora do contexto rural, principalmente na região onde residem, pelas experiências de vida, muitas das vezes sofridas, dos pais.

a falta de oportunidades para os jovens da região de obterem conhecimento técnico, não há cursos técnicos perto. além disso, meus pais não veem muita prosperidade na atividade rural. a maioria dos pais agricultores familiares dão conselhos para o filho sair pra estudar ou trabalhar fora, porque essa vida da roça é muito sofrida. (Entrevistado 14, Graduação em cooperativismo)

Somos três filhas mulheres que sempre sonharam em estudar para ajudar aos pais, não planejamos dar continuidade ao trabalho rural nas lavouras, por ser sofrido e pouco valorizado, nossos pais mesmo incentivavam, " estudem, se não quiserem sofrer no sol e no cabo da enxada". (Entrevistada 13, Mestranda em economia doméstica)

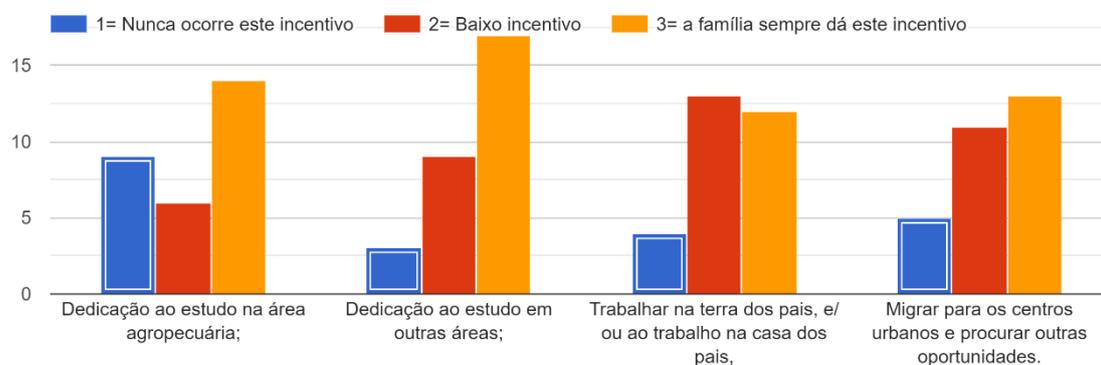
A falta de planejamento familiar, envolvendo independência financeira, experiências anteriores, falta de divisão do trabalho, conhecimento da produção, torna a sucessão não satisfatória e desejada por parte dos jovens.

Os pais aceitam que é o momento de fazer a sucessão. O que ocorre é que embora a idade seja já um fator limite eles insistem em continuar, vendo que eles não tem mais condições acabo ficando ajudando mas isto é muito prejudicial para mim pois não tenho liberdade financeira e em caso de falecimento os bens serão repartidos igualmente com os demais irmãos que são totalmente ausentes na questão das atividades rurais. (Entrevistado 12, Mestrando em fitotecnia)

A Figura 4 demonstra a frequência sobre o incentivo familiar a executar determinadas atividades como: Dedicção ao estudo na área agropecuária; Dedicção ao estudo em outras áreas; Trabalhar na terra dos pais, e/ou ao trabalho na casa dos pais e Migrar para os centros urbanos e procurar outras oportunidades.

Figura 4 “Com que frequência sua família incentiva você a:”

Com que frequência sua família incentiva você a: 1= Nunca ocorre este incentivo; 2= Baixo incentivo; 3= a família sempre dá este incentivo



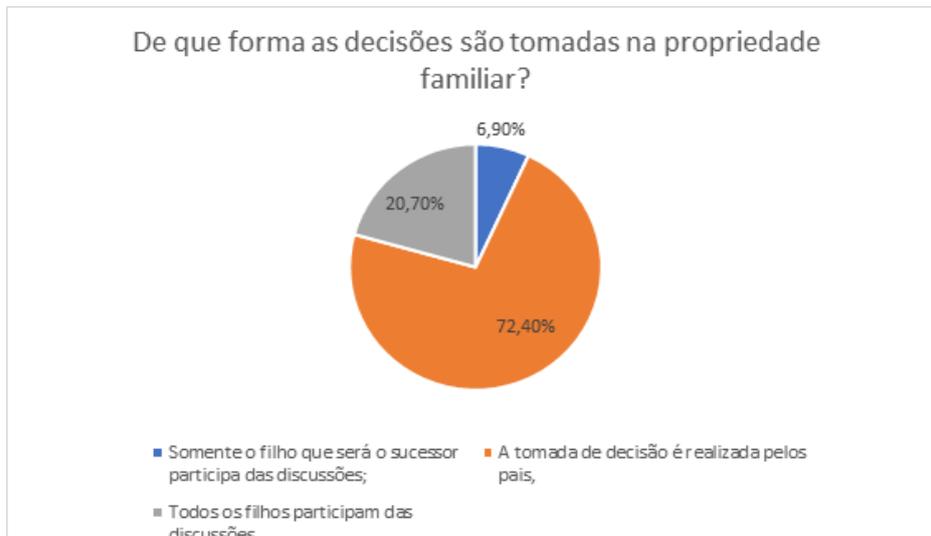
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Os resultados mostram que 14 (48,27%) jovens são incentivados pelas famílias a se dedicarem aos estudos em áreas que abrangem o meio rural e em 9 (31%) casos, nunca ocorre o incentivo de dedicar o estudo na área agropecuária. Quando abordamos a opção dos estudos em outras áreas, mais da metade dos jovens, 58,62% relataram que são muito incentivados a se dedicar em cursos fora da área agrícola.

Perguntados sobre incentivos em trabalharem na propriedade dos pais, a maior parte dos jovens, 13 deles, responderam que há baixo incentivo, em 12 a família sempre dá o incentivo (5 homens, 7 mulheres) e 4 relatam que nunca ocorre o incentivo de permanecerem, três deles são relatos de homens. Sobre migrar para os centros urbanos, 13 jovens são incentivados a procurar outras oportunidades fora do campo, seguido por 11 jovens que recebem pouco incentivo e 5 que nunca receberam esse incentivo. Colaborando com o resultado anterior, neste quesito as meninas são as que menos recebem incentivo para migrarem.

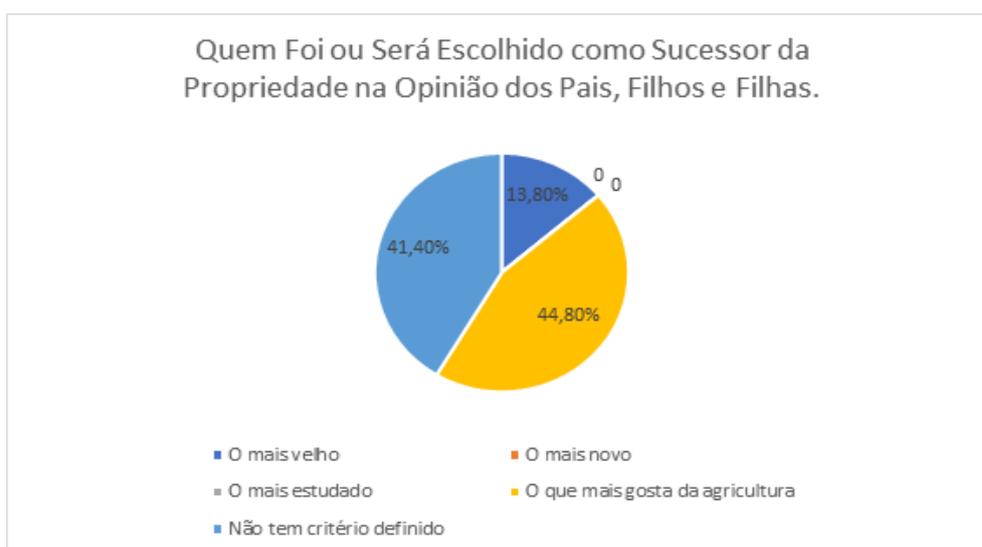
Esse resultado é reflexo da maneira como as decisões são tomadas em família. Dos 29 entrevistados, 21 ressaltam que as decisões são tomadas somente pelos pais, 6 informaram que todos os filhos participam dessas escolhas e 2 afirmaram que somente o filho sucessor participa das discussões, como observado na Figura 5. O fato de grande parte dos pais não inserir os filhos nos debates sobre decisões da propriedade e do núcleo familiar, acaba também interferindo no conhecimento desses jovens sobre as atividades da propriedade e fazem com que os mesmos não se interessem pelas atividades executadas no campo.

Figura 5- Forma como as decisões são tomadas na propriedade



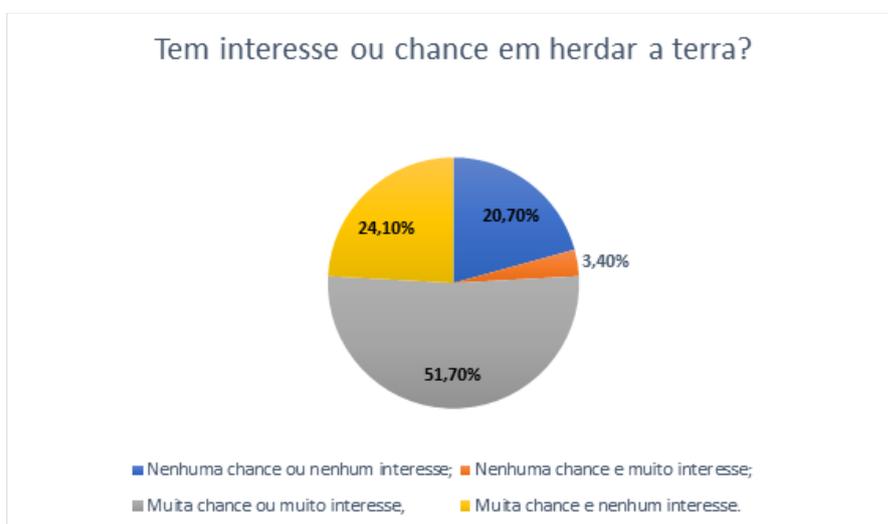
Indagados sobre: Quem Foi ou Será Escolhido como Sucessor da Propriedade na Opinião dos Pais, Filhos e Filhas, 13 jovens responderam que será o que mais gosta da agricultura, seguido por 12 que informaram que não há critério definido e 4 elencaram o filho mais velho, como visto na Figura 5.

Figura 5 - Quem foi ou será escolhido como sucessor da propriedade na opinião dos pais, filhos e filhas.



De forma geral 51,7% dos jovens, que representam 15 jovens, possuem Muita chance ou muito interesse em herdar a terra; 24,1%, representando 7 jovens, possuem muita chance de herdar os negócios da família mas não possuem nenhum interesse em permanecer na área em que a família atua; 20,7%, sendo 6 jovens, confirmam que não têm chance ou nenhum interesse em dar continuidade e herdar as terras da família e por fim, 1 jovem, do sexo feminino que cursa zootecnia, pontua nenhuma chance de herdar a propriedade, mas no entanto tem muito interesse. A jovem justifica que dificilmente se enquadraria como sucessora pois seus valores hoje são contrários aos que se usam na propriedade e pelas pessoas que lá estão. A Figura 6 mostra as opiniões dos jovens quanto ao interesse e chance de herdar a terra.

Figura 6: “Tem interesse ou chance em herdar a terra?”



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Assim, Muitas chances de herdar e nenhum interesse obteve 2 votos de homens (15,38% dos homens), dos cursos de pedagogia e cooperativismo e de 5 mulheres (31,25% das mulheres); Muita chance e muito interesse- 7 homens (53,84), todos com cursos ligados ao agropecuário, e 8 mulheres (50%); Nenhuma chance ou nenhum interesse - 4 homens (30,76), 1 do curso de geografia e 3 de cursos ligados ao setor agropecuário e 2 mulheres (12,5%); e uma estudante mostra não ter Nenhuma chance mas ter muito interesse.

8.4 Voltar para o campo

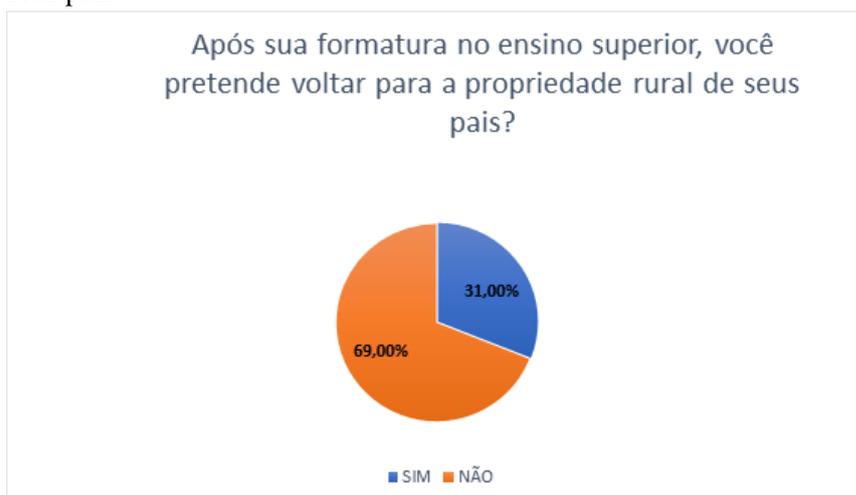
E a vida pós formados? Quais são os projetos futuros desses estudantes? 24 jovens não pretendem permanecer na cidade após a conclusão dos estudos e 5 querem seguir a

carreira profissional na cidade, principalmente estendendo a formação em uma pós graduação ou mestrado. Como afirmaram em questões anteriores, acreditam que com maior grau de instrução e maior especialização na área, mais oportunidades poderão ter, mas não necessariamente na propriedade da família.

Apenas 1 moça irá permanecer na propriedade familiar; os demais respondentes mostraram-se divididos em conciliar outra atividade com a agricultura familiar e 14 almejam sair do meio rural

Neste tópico analisaremos as perguntas e respostas relacionados à pretensão do estudante com o meio rural após a conclusão da graduação ou pós-graduação, a primeira pergunta é sobre se pretende voltar para a propriedade rural de seus pais e temos as seguintes informações exemplificadas pela Figura 7.

Figura 7- Após a formatura no ensino superior, você pretende voltar para a propriedade rural dos seus pais?"



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

De forma geral, 20 jovens (69%) relatam que não pretendem voltar para a propriedade de sua família e 9 (31%) almejam voltar para casa. Analisando por gênero observamos muita diferença para a questão acima.

Dos 13 homens, 6 (46,15%) responderam que NÃO pretendem e fazem cursos das ciências agrárias, outro cursa pedagogia e 7 (53,84%) disseram que SIM, com cursos em ciências humanas (Geografia), exatas e agrárias. Os que pretendem retornar consideram a questão financeira como principal motivador.

Já entre as 16 moças, 14 (87,5%) disseram que Não e 2 (12,5%) disseram Sim, uma do curso de zootecnia e outra do cooperativismo, pois veem a possibilidade de gerenciar o sítio e auxiliar a família com informações técnicas para o maior desenvolvimento da propriedade.

Para os homens muitos incentivos colaboram para que retornem à propriedade da família. Entre eles destaca-se gostar do espaço rural e ver que o rural proporciona melhor qualidade de vida, continuidade dos valores e costumes familiares; alguns acreditam ser o sucessor e assim tem que começar a assumir as responsabilidades da propriedade, e por fim, almejam melhorar as condições das propriedades familiares até se tornarem referências na região.

porque eu consegui perceber que a qualidade de vida no meio rural é muito melhor que na cidade grande, onde as pessoas acreditam ter muitas oportunidades. na maioria das vezes elas têm essas oportunidades, mas o custo de oportunidade tende a ser alto para alguns, porque temos que abrir mão de algo que temos uma ligação muito forte, que é a vida no meio rural, os costumes, as relações sociais, a família, e tudo isso muda quando se tem que ir para uma cidade maior. (Entrevistado 14, Graduação em cooperativismo)

Um aluno ressaltou que pretende retornar à propriedade, mas não de imediato após a formatura. Segundo ele, é necessário primeiro ter experiência fora da sua região, para aprimorar o conhecimento da área estudada e onde terá mais oportunidades e futuramente voltar para a propriedade dos pais para implementar seu conhecimento.

Futuramente mas vou pegar uma experiência no mercado fora e voltar para implantar um modelo de negócio mais desenvolvido procurando tornar referência na região. (Entrevistado 21, Graduação em agronomia)

Voltando sobre os principais motivos de sua permanência e desejo de voltar à propriedade da família, os jovens enumeraram de 1 a 3, onde 1 significa pouca influência, 2 média e 3 muita influência, os principais motivos responsáveis pela sua permanência no campo. Os quesitos enumerados que ressaltaram em relação aos outros:

1- Pouca influência

Sobre influenciar pouco a permanência no campo, os jovens escolheram a opção 1 como o mais representativo nos quesitos: Investimento que a propriedade possui- 12 jovens, confirmando que o fato da propriedade muitas das vezes não receber ou procurar investimento, não os desmotivam a continuar na propriedade. Facilidade para se formar uma família no campo- 11 pessoas acreditam ter pouca influência sobre ela.

2- Média influência

A média influência foi o que recebeu mais destaque quando se aborda o incentivo dos pais, recebendo 12 votos e sobre a falta de atratividade do trabalho na cidade, 11 votantes.

E por fim, 3 - Muita influência

Os que ressaltaram em relação aos outros quesitos, a muita influência para a permanência no campo se sobressaiu nos seguintes aspectos: Qualidade da vida no campo- 24 jovens; Satisfação com a vida o campo- 20 jovens e Satisfação com o trabalho no campo- 19 jovens.

Para contribuir com essa permanência, muitas ações devem ser modificadas ou realizadas no município de origem do jovem. Praticamente todos os quesitos que foram sugeridos a eles, foi ressaltada a necessidade de mudanças para melhorar a permanência do jovem no município de origem, sendo escolhidos por mais de 50% dos jovens, exceto a Reforma Agrária que somente 1 jovem destacou como necessidade.

Acima de 80% os pontos a serem melhorados no município de origem do jovem foram: Gestão da propriedade, valorização dos agricultores familiares e acesso à tecnologia, todos esses sendo escolhas de 25 jovens (86,2%) e Investimento financeiro, visto também como importante para 24 jovens (82,8%) como mostrado na Figura 8.

Figura 7: “Quais ações deveriam ser realizadas para que as condições de permanência no campo no seu município melhorem?”



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Mesmo com políticas públicas específicas para o setor rural e voltadas para o crescimento e permanência dos jovens no campo, a falta de efetividade causa grandes problemas. Como percebemos, a falta de valorização dos agricultores, tecnologias acessíveis e investimentos levam os jovens a vislumbrar outras oportunidades fora do contexto no qual cresceram, deslocando-se para outros lugares, mas também migrando para áreas profissionais que não estão ligadas à família.

9. Considerações finais

A sucessão é um processo de transição na Liderança, no exercício do negócio, na gestão do negócio. É uma tarefa que deve ser conduzida com paciência, empatia e visão de longo prazo, alinhando a experiência dos que conduzem atualmente a propriedade com a vontade de inovar das gerações futuras.

Mas esse processo, como mostra a bibliografia e os dados da pesquisa, não é fácil, é necessário relacionar diversos atores, métodos de inserção e impulsionar os relacionamentos institucionais. Entre jovens entrevistados na pesquisa, oriundos de zona rural e atualmente estudantes de diversos cursos da Universidade Federal de Viçosa, identificamos um ponto em comum que é a formação relacionada a atividades do meio rural, independente do Centro de Ciências do qual fazem parte; um aluno que cursa pedagogia, curso não diretamente relacionado ao rural, cita que poderá dar aulas em escolas rurais.

Para seguir nas atividades agrícolas já como profissionais, alguns veem um futuro na propriedade familiar, primeiro porque eles escolheram o curso influenciados por gostarem das atividades, mesmo em alguns casos quando os pais foram contrários à escolha; o segundo motivo diz respeito à melhor qualidade de vida que o meio rural proporciona, manutenção dos valores e costumes familiares e aplicação dos estudos teóricos na prática, o que pode contribuir para o desenvolvimento da propriedade familiar e gerar maiores benefícios à família. No entanto, grande parte dos participantes da pesquisa ressalta que por terem estudado, os pais têm receio de conceder espaço e que os filhos não sigam os costumes e os conhecimentos adquiridos na prática durante gerações. Os jovens almejam ter experiência fora da sua região ou prolongar os estudos com o mestrado para aprimorar o conhecimento da área estudada e onde terão mais oportunidades; futuramente pretendem voltar para a propriedade dos pais justamente para implementar seu conhecimento, principalmente com outras culturas agrícolas e com outras formas de gerenciamento.

No contexto político e econômico mais amplo, os jovens constataram que o baixo investimento verificado hoje nas propriedades é influenciado por falta de políticas públicas, mas também por receio dos pais que não querem mudar a forma tradicional de produção. A ausência de políticas públicas afeta o desenvolvimento da infraestrutura e o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que não cria incentivos para que os jovens retornem para o núcleo familiar após formados. Confiança, espaço de fala e opinião também são requisitos para o retorno os jovens, e tais requisitos não dizem respeito apenas

ao espaço familiar e doméstico, mas também ao contexto político local e regional com a atuação de instituições representativas da agricultura familiar, da juventude, instituições de ensino, de apoio técnico e de financiamento.

Finalizando, compreendemos este trabalho como sendo um motivador para outras pesquisas que aprofundem o entendimento sobre a relação entre famílias rurais, educação e instituições, Acreditamos, por exemplo, ser interessante investigar as agendas programáticas das cooperativas e associações, que são as principais entidades representativas das comunidades rurais e que atuam com o fortalecimento da sucessão familiar, apresentando o papel educacional desses programas e o quanto contribuem para o processo de continuidade geracional da propriedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil.** 25-36p. 1997. Disponível em http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/442_1175_abramo_wendel.pdf, acesso em 19 de setembro de 2019.
- ALMEIDA, Maria Elisa Grijó Guahyba de; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. **Revista Brasileira de Orientação Profissional.** jul.-dez. 2011, Vol. 12, No. 2, 205-214.
- ALVES, Maria Zenaide DAYRELL, Juarez. **Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida.** *Educ. Pesqui.* [online]. 2015, vol.41, n.2 [cited 2019-05-26], pp.375-390. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015000200375&lng=en&nrm=iso> .
- AUGUSTIN, Débora; GEARA, Gabriela; KESSLER, Helena; CASTRO, Rosane. **Desnaturalizando o conceito de Juventude através dos tempos.** Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/juventude-texto.html>> acesso em 19 de setembro de 2019.
- BADALOTTI, Rosana Maria; MARTINELLI, Maxemino Luiz Cristiane Tonezer; BOTTEGA, Sonia. Juventude rural e políticas públicas: avanços e limites. VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. **Anais Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios** Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.
- BIANCHINI, Simone. **The future of family farms without successors: the case of Paraíso City, SC.** 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura familiar) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em <<http://hdl.handle.net/123456789/2425>> acesso em 24 de agosto de 2019.
- BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, v. 17, n. 3, p. 370-383, 2016.
- BRASIL. Lei número 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRUMER, A; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **REVISTA NERA – ANO 11, N. 12 – JANEIRO/JUNHO DE 2008 – ISSN: 1806-**

6755. 2008.

- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929 acesso em 18 de junho de 2019.
- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, .228 p. 1998.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni Branco (Orgs). **Retratos da juventude brasileira**. [s.l.]: 1ª ed., 2005, p. 243-261.
- DOULA, S. M; SOUZA, S.B; CARMO, P.M. Jovens rurais da Zona da Mata mineira e projetos de vida profissional **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 1, p. 233 - 249, jan./abr. 2016
- DOULA, Sheila Maria, et all. “Estuda, porque na vida de agricultor não aparecem oportunidades” Educação e mobilidade socioespacial de jovens rurais em Minas Gerais. **Revista do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (UFV)**. ISSN 2359-5116| V. 8 | N.1 | JAN. - JUN. 201 9
- FREIRE, Patricia de Sá; SOARES, Aline Pereira; NAKAYAMA, Marina Keiko and SPANHOL, Fernando José. Processo de sucessão em empresa familiar: gestão do conhecimento contornando resistências às mudanças organizacionais. **JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online)** [online]. 2010, vol.7, n.3, pp.713-736. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752010000300011&lng=en&nrm=iso> acesso em 20 de setembro de 2019.
- GRIS, Vanessa Gleica Cantú; LAGO, Sandra Mara Stocker; BRANDALISE, Loreni Teresinha. Sucessão na agricultura familiar: produção científica brasileira na área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo (2004-2016). **Extensão Rural**, [S.l.], v. 24, n. 4, p. 7-30, mar. 2018. ISSN 2318-1796. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/29816>>. Acesso em: 26 maio 2019.
- HILLESHEIM, L. P.; VIZZOTTO, M. A contribuição da formação por alternância na sucessão da agricultura familiar. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 1, p. 03–08, 2015.
- IBGE. População Jovem no Brasil (PNAD) 1999. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9292-populacao-jovem-no-brasil.html?=&t=o-que-e>. Acesso 15 de julho de 2019.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1999. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 1999. Rio de Janeiro: IBGE. IBGE 1999.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2010. Rio de Janeiro: IBGE. IBGE 2010.
- IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017. Censo agropecuário 2017. IBGE Cidades.
- KISCHENER, M.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. (2015). Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Revista Mundo Agrario**, 16(33). Disponível em <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a07> acesso em 05 de maio de 2019.
- LIMA, Suzana M. V. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural**-- Brasília: MDA, 2013. 184p.; 19,6 x 16,7 cm. – (NEAD Estudos; 25). disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Livro%20Juventude%20Rural%20Produto%205%20Web.pdf Acesso em 24 de setembro de 2019.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: uma pesquisa bibliográfica. **Rev. katálysis** , Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 20 de agosto de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>.
- MELLO, Márcio Antonio de; ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton Luiz; *et al.* Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.
- REDIN, Ezequiel. Políticas educacionais e juventude rural no ensino superior. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017 .
- REUNI. Disponível em <http://reuni.mec.gov.br/>, acesso em 28 de fevereiro de 2020.
- ROSSATO NETO, Félix João and CAVEDON, Neusa Rolita. Empresas familiares: desfilando seus processos sucessórios. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2004, vol.2, n.3 [cited 2020-05-26], pp.01-16. Available from:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512004000300007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 05 junho de 2019.

- SPANEVELLO, Rosani Marisa et al. A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 291-304, jul. 2012. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2011v45n2p291>> acesso em 15 de maio de 2019.
- SPANEVELLO, R.; MATTE, A.; ANDREATTA, T.; LAGO, A. A Problemática do Envelhecimento no Meio Rural sob a Ótica dos Agricultores Familiares sem Sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 11 ago. 2017. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/5903> acesso em 03 de abril de 2019.
- STROPASSOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Agriculturas** - v. 8 - n. 1. março de 2011.
- TERENCE, Ana Cláudia Fernandes; FILHO, Edmundo Escrivão. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: **XXVI ENEGEP** - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de Outubro de 2006. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf acesso em 01 de abril de 2019.
- Universidade Federal de Viçosa. Disponível em <https://www.ufv.br/institucional/>. Acesso em 15 de agosto de 2019.
- VASCONCELLOS, Liliana, GUEDES, Luis. E-surveys: Vantagens e limitações dos questionários eletrônicos via internet no contexto da pesquisa científica. In: **X SemeAd- Seminário em Administração FEA/USP**. São paulo, Brasil, 2007.
- VIÇOSA, Prefeitura Municipal de.. Disponível em <<http://www.vicosamg.gov.br>> , acessado em 26 de setembro de 2019
- VIZOLLI, Idemar; AIRES, Helena Quirino Porto; BARRETO, Mylena Gonçalves. A Pedagogia da Alternância presente nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Famílias Agrícolas do Tocantins. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 44, e166920, 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100456&lng=en&nrm=iso> . access on 29 Sept. 2019.
- WANDERLEY, maria Nazareth Baudel. Juventude rural: questões em debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. **Juventude rural em perspectiva.311 p** Rio de Janeiro. 2007.

- WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

ANEXOS (1)

1- Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL
ERU 499 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TAMIRES SANTOS RAMALHO

**Os impasses da sucessão familiar na região da Zona da Mata Mineira:
Perspectiva de estudantes rurais da Universidade Federal de Viçosa**

Viçosa-MG

2020

Texto de início ao questionário

Prezado Sr. / Sra.,

Tudo bem?

Antes de tudo, agradeço sua colaboração em minha pesquisa! É de suma importância a sua experiência para o desenvolvimento deste estudo.

Este estudo faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso do curso de Bacharel em Cooperativismo. Vista a importância da agricultura familiar para o sustento de muitas famílias e para o desenvolvimento local e regional, o estudo buscará compreender a influência da escolaridade na escolha de seguir ou não as atividades profissionais agrícolas.

Tem como finalidade "Analisar as influências recebidas por jovens rurais universitários da Zona da Mata Mineira em seus projetos educacionais e profissionais."

Lembrando que sua colaboração se fará de forma anônima, somente para fins acadêmicos.

CARACTERÍSTICA DO ENTREVISTADO(A)

1- Local de origem:_____.

2- Qual seu gênero? () Masculino; () Feminino; () Outro () prefiro não dizer

3- Quantos anos você tem? _____

4- Qual seu estado civil?

() Solteiro; () Casado; () Divorciado; () outros _____.

5- Atualmente, você:

() Estuda e trabalha

() Somente Estuda

Se trabalha, em qual atividade?

EDUCAÇÃO

1- Curso_____ **Semestre**_____

2- O que incentiva você a continuar os estudos, caso ainda estude ou tenha formado no ensino superior?

3- Por que optou por esse curso?

4- Quais as dificuldades que você enfrentou para chegar à universidade?

() A família foi contra

() Dificuldades econômicas da família

() Ficar ausente do trabalho familiar no período de estudo

() A formação anterior era fraca

() Separação dos laços familiares, amigos e relações comunitárias

5- Qual a relação entre formação escolar e trabalho atual?

6 – Após sua formatura no ensino superior, você pretende voltar para a casa de seus pais? Se sim, por quê?

7 – Você pretende continuar os negócios da família? Você acha que se enquadraria como um sucessor mesmo tendo estudado?

8– Qual a principal dificuldade que você vê no processo de sucessão rural de sua família?

10– O que você acredita que seja eficaz para impulsionar o processo de sucessão rural?

9 – Qual a sua opinião sobre a gestão da propriedade ser realizada pelas mulheres?

RELAÇÃO FAMILIAR

1- Quem Foi ou Será Escolhido como Sucessor da Propriedade na Opinião dos Pais, Filhos e Filhas.

- () O mais velho
- () O mais novo
- () O mais estudado
- () O que mais gosta da agricultura
- () Não tem critério definido

2- Com que frequência sua família incentiva você a:

1= Nunca ocorre este incentivo; 2= Baixo incentivo; 3= a família sempre dá este incentivo

- () Dedicção ao estudo na área agropecuária;
- () Dedicção ao estudo em outras áreas;
- () Trabalhar na terra dos pais, e/ou ao trabalho na casa dos pais,
- () Migrar para os centros urbanos e procurar outras oportunidades.

PERMANÊNCIA NA TERRA E MIGRAÇÃO

1- Morou em outro Estado/município, nos últimos cinco anos?

Sim Não

2- Faz parte de alguma associação ou cooperativa de sua região?

Sim Não

3- Acredita que fazer parte dessas organizações contribuem para o desejo de retornar a região de origem, se sim por quê?

4- Você pretende permanecer na propriedade familiar, dando continuidade ao trabalho desenvolvidos por seus pais e avós?

Irá permanecer na propriedade;

Conciliar outra atividade com a agricultura familiar,

Almeja sair do meio rural.

5- Motivos para a permanência no campo.

Enumere de 1 a 3, onde 1 significa pouca influência, 2 média e 3 muita, os principais motivos responsáveis pela sua permanência no campo

Gostar da atividade;

Incentivo dos pais;

Investimento que possui na propriedade;

Acesso à terra para continuar na agricultura;

Segurança da vida no campo;

Satisfação com o trabalho no campo;

Satisfação com a vida do campo;

Facilidade para formar uma família no campo;

Projeto para criar os filhos neste lugar;

Qualidade da terra para a agricultura;

- () Qualidade da vida no campo;
- () Liberdade para tomar as decisões que precisa;
- () Dificuldade da vida em outro lugar;
- () Exemplo dos pais e sua satisfação por viver no campo;
- () Falta de atratividade do trabalho na cidade;
- () Projeto para que os filhos trabalhem na agricultura;
- () Disponibilidade, no campo, de alimentos e casa barata

6- Pretende mudar-se de Viçosa, nos próximos anos?

- () Sim () Não

7 – Em caso afirmativo da questão anterior, qual o motivo? _____

8- Tem interesse ou chance em herdar a terra?

- () Nenhuma chance ou nenhum interesse;
- () Nenhuma chance e muito interesse;
- () Muita chance ou muito interesse,
- () Muita chance e nenhum interesse.

7) Que ações deveriam ser realizadas para que as condições de permanência no campo no seu município melhorem?

- () Infraestrutura;
- () Gestão da propriedade;
- () Maior acompanhamento das entidades que representam e apoiam o setor;
- () Valorização dos agricultores familiares;
- () maior incentivo por parte do governo através de políticas públicas
- () Participação em cooperativas;
- () Investimento Financeiro
- () Maior participação de jovens no planejamento do desenvolvimento local
- () Acesso a tecnologias
- () Outro. Qual? _____

8) De que forma as decisões são tomadas na propriedade familiar?

- () Somente o filho que será o sucessor participa das discussões;

- () A tomada de decisão é realizada pelos pais,
- () Todos os filhos participam das discussões.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os impasses da sucessão familiar na região da Zona da Mata Mineira: Perspectiva de estudantes rurais da Universidade Federal de Viçosa

Pesquisador: Sheila Maria Doula

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 33666420.0.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Economia Rural

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.284.172

Apresentação do Projeto:

O projeto se volta para a compreensão de influências recebidas por jovens rurais universitários, matriculados na Universidade Federal de Viçosa, em seus aspectos educacionais e profissionais.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é entender a influência dos jovens rurais universitários de todos os centros da UFV em relação às práticas familiares no meio rural (desejo ou não de retorno e diferença entre gênero)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora, os riscos são de constrangimentos, que serão minimizados com interrupção da entrevista. Os benefícios são indiretos, se voltam para maior compreensão da relação entre ruralidades e ensino superior.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa realizará entrevistas por meio de questionário online com jovens a partir de 18 anos, matriculados nos quatro centros da UFV, que tenham migrado de contextos rurais

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes

Bairro: Campus Universitário

CEP: 36.570-977

UF: MG

Município: VICOSA

Telefone: (31)3612-2316

E-mail: cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 4.284.172

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto: de acordo.
- Questionário: de acordo.
- Cronograma: de acordo
- TCLE: de acordo, após ajustes.

Recomendações:

- Recomendação: O TCLE só deve constar com a data no dia da coleta de dados. Não precisando ser submetido com data e assinatura ao CEP. Além disso, não precisa constar de forma tão detalhada o passo a passo da pesquisa. A pesquisadora deve traduzir de forma simples seus objetivos ao texto, conforme exemplo no site do CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1572212.pdf	21/08/2020 12:11:22		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modificado.pdf	21/08/2020 12:10:30	Sheila Maria Doula	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	21/08/2020 12:09:48	Sheila Maria Doula	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_pre_modificada.pdf	30/07/2020 10:19:55	Sheila Maria Doula	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	15/06/2020	Sheila Maria Doula	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes

Bairro: Campus Universitário

CEP: 36.570-977

UF: MG

Município: VICOSA

Telefone: (31)3612-2316

E-mail: cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 4.284.172

Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	11:30:18	Sheila Maria Doula	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado.pdf	10/06/2020 13:00:17	Sheila Maria Doula	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	10/06/2020 12:50:32	Sheila Maria Doula	Aceito
Outros	questionario.pdf	10/06/2020 12:46:54	Sheila Maria Doula	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 17 de Setembro de 2020

Assinado por:
LUIZ ISMAEL PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes

Bairro: Campus Universitário

CEP: 36.570-977

UF: MG

Município: VICOSA

Telefone: (31)3612-2316

E-mail: cep@ufv.br